

ARTIGOS OPINATIVOS E DE ATUALIZAÇÃO

A DISCIPLINA DE SEXUALIDADE SOB O OLHAR DAS CORRENTES EDUCATIVAS: ANÁLISE DE UM PLANO DE CURSO

Yeda Portela¹

THE SEXUALIDADE SUBJECT UNDER THE EDUCATIONAL CHAINS VIEW:
A COURSE PLAN ANALYSIS

Resumo: Com base no aumento de diversos problemas sociais, principalmente aqueles relacionados à gravidez e a doenças sexualmente transmissíveis entre adolescentes, apresenta-se como proposta a necessidade de implantação da educação sexual nas escolas como forma de minimizar tais questões. A introdução da temática sobre sexualidade é um dos caminhos utilizados pelas instituições de nível superior para a efetiva qualificação de alguns seguimentos profissionais, principalmente aqueles que envolvam a formação do professor no curso de graduação em Pedagogia. Este artigo tem como objetivo analisar um planejamento educacional formal – um Plano de Curso. Esta análise tem como base o estudo de diversas correntes educativas que foram submetidas às alterações de acordo com o devir histórico-social; bem como a orientação do Ministério da Educação por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1988). Assim, ressalta-se a importância da inclusão de uma disciplina específica que envolva os temas sexualidade e orientação sexual nos diversos níveis da educação brasileira, mais especificamente nos cursos de formação de professores nível superior, como tendência atual de uma educação democrática, libertadora e transformadora com anuência do Estado, a fim de estimular a reflexão e a possível mudança de comportamento de crianças e de jovens a partir da problematização e do debate das diversas temáticas atuais sobre sexualidade, diversidade e cidadania, inspirado na própria realidade e experiência vivida pelos aprendizes.

Palavras-chave: sexualidade; ensino superior; correntes educativas

Abstract: Since the increasing of many social problems mainly the ones related to pregnancies and sexual transmissible diseases among teenagers, it presents itself as the need of a sexual education implantation in schools as a way of minimize such questions. The theme introduction about sexuality has been one of the tools used by college institutions to achieve the effective qualification of some professional careers, principally those ones which involve the teacher's graduation in Education. The current article has as its goal to analyze a formal education plan – a Course Plan. This analysis has as its basis the study of different educational tendencies that was submitted to changes according to the social-historical demand; as well as the Education Department with the *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1988) (National Curricular Parameters – *free author translation*). So, it's emphasized the importance of a subject specific inclusion, that involves the sexuality and sexual orientation issues in different levels of Brazilian education, being even more particularly in teachers' graduation faculties, as a current tendency of a more democratic, open and transformative education with the State absence, with a purpose of stimulating a deep thinking and a possible behavior change among kids and teenagers starting by the problem discussion and the debate of different current issues about sexuality, diversity and citizenship, inspired by the own reality and experience tasted by learners.

Keywords: sexuality; graduation; educational tendencies

1. Psicóloga Clínica, responsável pelo Setor de Psicologia do Hospital da Polícia Civil; Instrutora na Academia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; Professora de Psicologia; Especialista em Sexualidade Humana; Mestre em Sexologia; Doutoranda na Facultad de Humanidades y Artes, Programa de Doctorado, Cohorte Especial, Universidad Nacional de Rosario (UNR): Rosario/Argentina com a investigação: La situación actual de la educación/orientación sexual en las escuelas del municipio de Rio de Janeiro: dialogismo o mutismo (Inscripción autorizada em 31 de octubre de 2011/ Resolución nro. 885/2011 C.D.). e-mail: yportelapsi@terra.com.br.

O problema crescente em torno de gravidezes e doenças sexualmente transmissíveis na adolescência tem alertado à sociedade brasileira na busca de medidas preventivas para reduzir esses problemas sociais.

A educação sexual nas escolas é uma proposta promissora nesse sentido. É tema de discussão por diversos especialistas – psicólogos, ginecologistas, pedagogos, entre outros – e apoiado pelo Estado por meio de um plano educacional denominado Parâmetros Curriculares Nacionais, a partir de 1998.

Ademais, torna-se imprescindível a qualificação dos profissionais da educação para atuar na formação educacional formal de crianças e adolescentes dentro do tema sexualidade.

Observa-se uma abertura de algumas instituições acadêmicas brasileiras de ensino superior para a inclusão da temática sexualidade no processo de formação de professores e em outras profissões afins. Algumas dessas instituições já incluem esta temática como conteúdo em disciplinas de Psicologia (Introdução à Psicologia, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia do Desenvolvimento etc); e outras instituições acadêmicas apresentam a sexualidade como uma estrutura mais formal, no modelo de disciplina na grade curricular do curso de Pedagogia, Medicina e Enfermagem.

Este artigo tem como finalidade a análise de um planejamento educacional formal – um Plano de Curso. A análise tem como base as diversas correntes educativas que foram submetidas às alterações de acordo com o devir histórico-social.

A disciplina selecionada para a análise é denominada “Infância, Adolescência e Sexualidade”. Compõe o currículo do curso de graduação em Pedagogia das Faculdades São José, no município do Rio de Janeiro. Esse planejamento educacional foi selecionado por ter sido ministrado durante o período de 2010 a 2013 pela autora deste artigo e por complementar a análise para sua pesquisa de doutorado em Ciência da Educação da Universidad Nacional de Rosario, Escola de Humanidades e

Artes (UNR/Argentina).

Para o desenvolvimento do trabalho, torna-se necessária a apresentação das principais correntes educativas, com os diversos objetivos da escola, seus conteúdos de ensino, sua relação professor-aluno e seus principais precursores. Em seguida, a disciplina “Infância, Adolescência e Sexualidade” é apresentada para análise do planejamento em relação a essas tendências educativas.

A ciência pedagógica é embasada em uma constante discussão epistemológica na busca da eficiência para o desenvolvimento da sociedade. Essa busca nunca pode ser dissociada de seu contexto sócio-histórico, pois é um verdadeiro exercício de retroalimentação entre a teoria e prática educacional, uma práxis educacional que possa construir o processo de legitimação do saber pedagógico.

Para tanto, Kahan (2011) afirma que:

Sem desconhecer a multiplicidade de problemáticas que no debate contemporâneo referem à cientificidade do saber e do discurso pedagógico, é objeto da Pedagogia, a análise de concepções educativas que tenham ancoradas distintas teorias e movimentos pedagógicos que – em tantas construções sócio-históricas – têm produzido dispositivos teóricos diversos para legitimar a produção do saber pedagógico (p. 1).

As concepções pedagógicas referem-se às diversas tendências teóricas que pretendem dar conta da compreensão e da orientação da prática educacional ao longo da história. Entendê-las significa contextualizá-las por meio de três tendências filosóficas de interpretação da educação que resultam em formas de agir no contexto desta prática pedagógica:

- a **tendência redentora**, que propõe uma ação pedagógica otimista, do ponto de vista político, acreditando que a educação tem a função de contribuir para o ordenamento e o equilíbrio da sociedade. Para tanto, deve

contribuir para a conformação da sociedade;

- a **tendência reprodutivista**, que afirma que o papel da educação é servir à sociedade, reproduzindo o seu modelo vigente com seus condicionantes econômicos, sociais e políticos;

- e, por fim, a **tendência transformadora**, que assume uma postura mais crítica em relação aos condicionantes sociais, que recusa o otimismo ilusório da tendência redentora e ao pessimismo imobilizador da tendência reprodutivista. Compreende que o lugar da educação é dentro dos condicionantes sociais e políticos para agir estrategicamente para a sua transformação.

Outra classificação das atuais correntes e tendências na teoria da educação brasileira é apresentada por Saviani (1983), que aponta quatro grandes tendências: o **humanismo radical**, marcado por uma visão essencialista do homem; o **humanismo moderno**, com a visão do homem centrada na existência, na vida; a **concepção analítica**, sem definição filosófica, que pode apresentar-se positivista e/ou tecnicista; e a **concepção dialética**,

marcada por uma visão pautada na realidade, na concretude e na história do homem. Cada tendência tem a sua época marcante a partir de 1930 com o movimento da Escola Nova. Entretanto, Saviani (1983) sintetiza o problema em que vive o educador na atualidade:

Imbuído do ideário escolanovista (tendência humanista moderna), ele [o professor] é obrigado a trabalhar em condições tradicionais (tendência humanista tradicional), ao mesmo tempo que sofre, de um lado, a pressão da pedagogia oficial (tendência tecnicista) e, de outro, a pressão das análises socioestruturais da educação (tendência crítico-reprodutivista) (p. 43).

Libânio (1985), por sua vez, apresenta outra classificação das concepções pedagógicas, com base na posição de cada uma em relação às finalidades sociais da escola. Assim, organiza-se em dois grandes grupos: o grupo da Pedagogia Liberal e o grupo da Pedagogia Progressista, ambos com as suas especificidades, conforme a distribuição a seguir:

PEDAGOGIA LIBERAL	PEDAGOGIA PROGRESSISTA
Pedagogia tradicional	Pedagogia libertadora
Pedagogia renovada progressivista	Pedagogia libertária
Pedagogia renovada não diretiva	Pedagogia crítico-social dos conteúdos
Pedagogia tecnicista	

A Pedagogia Liberal revela que a educação brasileira é marcada, pelo menos a partir do século XX, por tendências liberais ora conservadora ora renovada. Entretanto, o termo “liberal” associado a esse tipo de pedagogia não tem o sentido de avançado, aberto ou democrático; refere-se a uma manifestação própria da sociedade dividida por classes (sociedade de classes). Conforme Luckesi (1994), o termo “liberal” é embasado na doutrina

liberal, como justificativa do sistema capitalista, a qual defende a liberdade e os interesses individuais da sociedade e, ainda, uma organização social fundada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada “sociedade de classes”.

De maneira geral, a pedagogia liberal sustenta a ideia de que a escola tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de seus

papéis sociais de acordo com suas aptidões. Para tanto, os indivíduos precisam aprender a se adaptar aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes por meio do desenvolvimento da cultura individual. Cabe ressaltar que a ênfase no aspecto cultural mascara a realidade das diferenças de classes, que, por um lado, difunde a ideia de igualdade de oportunidades para todos, e por outro, não considera a desigualdade de oportunidades.

Nobre (2004), ao refletir sobre a visão de Marx sobre o capitalismo, afirma que:

O mercado, em lugar de promover a igualdade e a liberdade que promete, perpetua e aprofunda desigualdades que estão na origem do próprio capitalismo, acirrando as diferenças de poder e de riqueza entre capitalistas e proletários (p. 28-29).

Na **tendência tradicional**, a pedagogia se caracteriza por enfatizar a cultural em geral, o ensino humanístico e a crença que o aluno é educado para atingir, por meio de seu próprio esforço, sua plena realização como pessoa. Preocupa-se com a preparação intelectual e moral dos alunos para assumir sua posição na sociedade. Os conteúdos e os procedimentos didáticos não têm nenhuma relação com o cotidiano do aluno e muito menos com as suas realidades sociais. Os conteúdos são separados das experiências do aluno e das questões sociais cotidianas, valendo-se somente pelo valor intelectual. Em relação à díade professor-aluno, a autoridade do professor é a que predomina, exigindo uma atitude receptiva dos alunos. O professor transmite o conteúdo na forma de verdade absoluta a ser absorvida pelo aluno, que, por sua vez, deve se manter disciplinado, sem questionar o conhecimento.

A pedagogia liberal com tendência tradicional é ainda muito atuante nas instituições

brasileiras de ensino em todos os níveis escolares. De maneira geral, as perspectivas redentora e reprodutivista são traduzidas por esse tipo de pedagogia.

Na **tendência renovada da pedagogia liberal**, a cultura é igualmente valorizada no desenvolvimento das aptidões individuais. Entretanto, acredita-se que o aluno dispõe dentro de si de mecanismos de adaptações progressiva ao meio e de uma conseqüente integração dessas formas de adaptação no comportamento. Todavia, é preciso considerar que a educação é um processo interno e não somente externo como preconiza a tendência tradicional. Assim, a escola renovada propõe um ensino que valorize a autoeducação – aquela que percebe o aluno como sujeito de conhecimento. Os conteúdos de ensino são estabelecidos em função das experiências que o sujeito vivencia frente aos desafios cognitivos e às situações problemáticas. Valoriza-se o processo de aquisição do conhecimento – aprender a aprender – muito mais do que o conhecimento propriamente dito. O professor assume um papel de auxiliar nesse processo de aquisição de conhecimento do aluno e no seu desenvolvimento livre e espontâneo, garantindo um clima harmonioso como modelo de uma vivência democrática para a vida em sociedade.

A tendência renovada apresenta-se em duas versões: **a renovada progressivista**, assim denominada por se basear na educação progressiva, termo usado pelo educador brasileiro Anísio Teixeira (1900-1971) para indicar a função da educação em uma civilização em mudança, decorrente do desenvolvimento científico. Essa tendência é inspirada nos estudos do filósofo e educador norte-americano John Dewey (1859-1952). No Brasil, também denominada pragmatista, a tendência renovada progressivista foi difundida pelos pioneiros da Escola Nova.

As novas responsabilidades da escola eram, portanto, educar em vez de instruir; formar homens livres em vez de homens dóceis; preparar para o futuro incerto em vez de transmitir um passado claro; e ensinar a viver com mais inteligência, mais tolerância, mais felicidade. Para isso, seria preciso reformar a escola, começando por dar a ela uma nova visão da psicologia infantil (NOVA ESCOLA, 2008, p. 95)

A **tendência renovada não diretiva** caracteriza-se por ser orientada para os objetivos de autorrealização do aluno e para as suas relações interpessoais como primordiais no processo de aprendizagem. A pedagogia não diretiva propõe uma educação centrada no aluno, visando formar sua personalidade por meio de vivências significativas. O professor tem o papel de garantir um clima de autenticidade, não intervindo no processo de aprendizagem do aluno, por ser ameaçador e inibidor de sua aprendizagem. O inspirador dessa corrente pedagógica é o psicólogo norte-americano Rogers (1985), que influenciou muitos orientadores e psicólogos escolares que se dedicaram ao aconselhamento.

A aprendizagem pode ser facilitada, se o professor for congruente. Isso implica que o professor seja a pessoa que é e que tenha consciência plena das atitudes que assume. A congruência significa que ele se sente receptivo perante os seus sentimentos reais. Torna-se então uma pessoa real nas relações com seus alunos... O professor é uma pessoa, não a encarnação abstrata de uma exigência curricular ou um canal estéril através do qual o saber passa de geração e geração (p. 258).

A **tendência liberal tecnicista** subordina a educação à sociedade. A educação passa a ter a função de preparar “recursos humanos” (mão de obra para a indústria), modelando o comportamento humano, por meio de técnicas específicas. A sociedade industrial e tecnológica estabelece as

metas econômicas, sociais e políticas, e a educação, por sua vez, tem o papel de ajustar os alunos a essas metas, transformando-os em indivíduos competentes para o mercado de trabalho. Em relação à pedagogia tecnicista, Kuenzer e Machado (1988) afirmam que:

É encarada como um instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão de obra, pela redistribuição da renda, pela maximização da produção e, ao mesmo tempo, pelo desenvolvimento da consciência política indispensável para a manutenção do Estado autoritário. (p. 34).

Quanto aos conteúdos de ensino, estes resultam da ciência objetiva, e é matéria de ensino apenas o que é redutível ao conhecimento observável e mensurável. O material a ser utilizado advém dos manuais sistematizados, dos livros didáticos, dos módulos de ensino e dos dispositivos audiovisuais, atualmente fortalecidos pela internet. Por isso, o papel do professor torna-se reduzido a um transmissor de conhecimento, aquele que irá cobrar os resultados da aprendizagem, estabelecendo, assim, uma relação exclusivamente técnica com o aluno.

Por possuir um método de ensino instrucional, há necessariamente a presença de objetivos instrucionais operacionalizados em comportamentos observáveis e mensuráveis, distribuídos dentro da seguinte lógica: apresentação dos objetivos e conteúdos, determinação dos procedimentos instrucionais e, por fim, a avaliação dos objetivos. Daí a utilização de métodos comportamentais de condicionamento do comportamento humano, acreditando-se que a aprendizagem é uma questão de modificação do desempenho.

Segundo Luckesi (1994), a pedagogia tecnicista tem grande influência no sistema

educacional brasileiro. Foi introduzida efetivamente no final dos anos 1960 com o objetivo de adequar o sistema educacional à orientação político-econômica do regime militar brasileiro. Isso significou introduzir a escola nos modelos de racionalização do sistema capitalista.

É quando a orientação escolanovista cede lugar à tendência tecnicista, pelo menos no nível de política oficial; os marcos de implantação do modelo tecnicista são as leis 5.540/68 e 5.692/71, que reorganizaram o ensino superior e os ensinos fundamental e médio. (p. 63).

A pedagogia tecnicista é largamente aplicada no sistema educacional brasileiro. Muitos críticos da educação afirmam que esse estilo pedagógico tem uma tendência reprodutivista, por servir à sociedade, reproduzindo o seu modelo vigente com seus condicionantes econômicos, sociais e políticos.

A **pedagogia progressista** parte de uma análise crítica das realidades sociais por meio do questionamento das finalidades sociopolíticas da educação. Por assumir uma postura questionadora e adversa ao sistema vigente, a pedagogia progressista não consegue se institucionalizar numa sociedade capitalista, daí a sua importância como instrumento de luta por parte de diversos profissionais da educação ao lado de outras práticas sociais.

A pedagogia progressista tem se manifestado por meio de três grandes tendências: a pedagogia libertadora, a pedagogia libertária e a pedagogia crítico-social dos conteúdos educacionais.

A **pedagogia progressista libertadora** caracteriza-se pelo constante questionamento da realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando uma transformação, e é, por isso, que é denominada “educação crítica”.

Ela tem como seu principal representante e idealizador o mais célebre educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997). Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno. Assim, em relação às classes desfavorecidas da sociedade, a educação o levaria a entender sua situação de opressão, que poderia tender a agir em favor de sua própria libertação.

De modo geral, a educação é uma atividade em que os agentes educacionais – professores, alunos e gestores –, mediatizados pela realidade que apreendem do seu cotidiano, por meio da qual extraem o conteúdo da aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa realidade, com o objetivo de atuar no processo de transformação social.

O método de ensino tem como base a relação de autêntico diálogo entre educadores e educandos, no qual os conteúdos são extraídos da problematização da vida prática destes. Cabe ao professor a função de acompanhar a dinâmica discursiva dos educandos, intervindo o mínimo indispensável e, quando necessário, fornecendo informações mais sistematizadas.

Ao comparar os estilos de pedagogia apresentados, Luckesi (1994) afirma que tanto a educação tradicional, denominada por Freire de “bancária” – que visa depositar informações sobre o aluno –, quanto a educação renovada – que pretenderia uma libertação psicológica individual – são, para ele, domesticadoras, “pois em nada contribuem para desvelar a realidade social de opressão.” (p. 64).

A pedagogia libertadora influenciou diversos movimentos populares e sindicatos brasileiros, sendo ainda fonte de inspiração de muitos educadores que tentam colocar em prática essa metodologia em todos os níveis de ensino.

Por sua vez, a **tendência progressista libertária** tem alguns pontos em comum com a tendência libertadora. São eles: o antiautoritarismo,

a valorização da experiência vivida e a ideia da autogestão na vivência pedagógica como experiência para outras práticas sociais.

Entretanto, a tendência pedagógica progressista libertária caracteriza-se por acreditar que é por meio das mudanças institucionais e com base nos níveis mais elementares que há a esperança na mudança do sistema social vigente. Cabe à escola, portanto, o papel de desenvolver atividades em que a participação grupal é priorizada, por meio de assembleias, conselhos, eleições, reuniões e associações, fazendo que essa experiência vivida pelo aluno possa aplicar em outras instâncias institucionais. Em síntese, a intenção é desenvolver nos alunos a capacidade de convivência grupal e autogestão.

A ideia da autogestão, característica da tendência libertária, refere-se ao conteúdo e método de ensino; resume tanto o objetivo pedagógico quanto político. De acordo com Lobrot (1972),

a pedagogia libertária, na sua modalidade mais conhecida entre nós, a “pedagogia institucional”, pretende ser uma forma de resistência contra a burocracia como instrumento da ação dominadora do Estado, que tudo controla (professores, programas, provas etc), retirando a autonomia (p. 23).

Quanto aos conteúdos de ensino, as matérias são colocadas à disposição do aluno, sendo resultado das necessidades e interesses destes. Os conteúdos são classificados como instrumentos, pois o conhecimento verdadeiro advém das experiências vividas pelo grupo, principalmente aquelas que promovem mecanismos de participação crítica. Nesse sentido, o papel do professor é o de orientador e catalisador das ideias apresentadas pelo grupo e tem uma vivência participativa no processo de reflexão em comum.

Ressalta-se que essa modalidade pedagógica, devido à forma como é apresentada,

tende a favorecer o desenvolvimento de pessoas mais livres, mais conscientes e responsáveis socialmente.

A **tendência progressista crítico-social dos conteúdos** propõe uma superação das pedagogias tradicional e renovada, promovendo uma ação pedagógica inserida na prática social concreta. A escola é vista como uma mediadora entre o indivíduo e a sociedade, exercendo nessa relação uma articulação entre o conhecimento transmitido e a assimilação ativa por parte do aluno concreto, ou seja, inserido em um contexto de relações sociais. O resultado dessa articulação é um saber criticamente elaborado, possibilitando a ação no processo de mudança social. Assim, a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo, fornecendo-lhe “um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade” (LUCKESI, 1994, p. 73).

Por serem apresentados de forma objetiva, os conteúdos são constantemente estimulados a avaliação crítica de modo que os alunos possam ultrapassar a experiência, os estereótipos e as pressões propagadas da ideologia dominante, internalizadas no discurso desses conteúdos. Assim, os métodos empregados partem de uma relação direta com a experiência do aluno, confrontada com o saber “trazido de fora”.

O professor, por sua vez, tem o papel de mediador dessa relação, de orientador e de abertura às perspectivas com base nos conteúdos apresentados. Entretanto, diferente das outras perspectivas, terá um papel mais ativo ao despertar nos alunos a busca de suas necessidades, de acelerar e de disciplinar os métodos de estudo, de exigir o esforço do aluno e de propor conteúdos e modelos compatíveis com suas experiências vividas, com o objetivo maior na mobilização deste

para uma maior participação ativa social.

Ademais, a pedagogia crítico-social promove modelos de ensino voltados para a articulação entre o político e o pedagógico, no sentido de colocar a educação de fato a serviço da transformação das relações de produção, por meio de uma proposta transformadora. O trabalho desenvolvido em prol do desenvolvimento de uma consciência crítica tende a caminhar em direção ao respeito às diversidades socioculturais, atendendo aos interesses das camadas populares e concorrendo para a legítima democratização da sociedade.

Após a apresentação das principais correntes educativas, é apresentado um Plano de curso, referente à disciplina “Infância, Adolescência e Sexualidade”, ministrada no curso de graduação em Pedagogia das Faculdades São José.

O Plano de curso

Com a carga horária de 40 horas, a disciplina “Infância, Adolescência e Sexualidade” tem como objetivo principal instruir professores a desenvolver conhecimento sobre educação sexual no âmbito escolar. Como objetivos específicos, encontram-se: conhecer o desenvolvimento da sexualidade humana; analisar a importância da orientação sexual na escola e do preparo do professor para lidar com as diversas manifestações sóciosexuais; conhecer as diversas manifestações da sexualidade na escola; compreender a orientação sexual como tema transversal e em relação à postura do professor; e desenvolver projetos pedagógicos sobre orientação sexual.

Essa disciplina pretende preparar o profissional das diversas áreas educacionais a obter o conhecimento sobre sexualidade, a trabalhá-la como tema transversal, conforme preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), e

desenvolver projetos sistemáticos de orientação sexual nas escolas, visando à formação de cidadãos responsáveis, críticos e dialógicos.

O programa do curso apresenta quatro unidades programáticas: a unidade 1, intitulada **Orientação sexual na escola**, contém os subtemas: conceituação de orientação sexual, seus objetivos e suas diversas dimensões biológica, psíquica e sociocultural; a unidade 2 contempla os **Aspectos históricos da orientação sexual no Brasil**, envolvendo a história da sexualidade no Brasil, as noções básicas sobre Direitos Humanos, e os tabus, preconceitos e crenças sobre sexualidade; a unidade 3, por sua vez, ressalta a **Orientação sexual como tema transversal**, neste sentido, apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais, as formas de trabalho com a orientação sexual, entre elas, como tema transversal e como projetos escolares. Por fim, na unidade 4 dedica-se à discussão das **Manifestações da sexualidade na escola** e, para tanto, apresentam-se as formas mais frequentes de manifestação da sexualidade na escola e as posturas e intervenções do educador.

Analisando o referido Plano de curso sob a ótica das correntes educativas, a disciplina “Infância, adolescência e sexualidade” apresenta-se sob o modelo tecnicista educacional, fruto da pedagogia liberal. Ele segue o molde institucional de apresentação de disciplina no qual há a exigência do desenvolvimento de um plano de ensino – ferramenta da prática educacional que possibilita que o docente possa se orientar e refletir sobre sua prática antes da ação (SENASP, 2011). O Plano de curso faz parte do Plano de ensino, juntamente com o Plano de unidade e o Plano de aula.

Segundo o Ministério da Educação, por meio do educador Souza (2005), o planejamento educacional é um ato de intervenção técnica e política que se efetiva em três níveis distintos e inter-relacionados: o planejamento no âmbito dos

sistemas e redes de ensino; o planejamento no âmbito da unidade escolar; e o planejamento no âmbito do Ensino. Esse planejamento é seguido pelas instituições de ensino no Brasil.

O planejamento referenciado, no âmbito institucional, fundamentado na perspectiva tecnicista, e é organizado com base em um método de ensino com técnicas e procedimentos necessários ao controle das condições ambientais que assegurem a transmissão e a recepção de informações por parte dos alunos. Esses procedimentos baseiam-se em objetivos instrucionais, e o professor é o único responsável pela direção do ensino. Daí a importância da tecnologia educacional para essa modalidade de ensino, pois implica na “aplicação sistemática de princípios científicos comportamentais e tecnológicos a problemas educacionais, em função de resultados efetivos, utilizando uma metodologia e abordagem sistêmica abrangente” (AURICCHIO, 1978, p. 25).

Como o objetivo maior deste curso é conduzir os alunos, futuros profissionais de Pedagogia, a ser capazes de “analisar a importância e a aplicação da orientação sexual na escola”, percebe-se que há a intenção, com base em um planejamento escolar estruturado, de desenvolver nos alunos a aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos científicos úteis e necessários para que eles, no futuro, “se integrem na máquina do sistema social global”. Isso significa que a tendência educacional tecnicista serve ao sistema capitalista, pois o papel da escola é atuar no aperfeiçoamento da ordem vigente, articulando-se diretamente ao sistema produtivo. Seu interesse, então, é “produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas” (LUCKESI, 1994). Em síntese, há a intenção de que esses futuros professores possam levar o conhecimento sobre sexualidade

dentro de uma perspectiva científica para seus alunos, orientando-os acerca de suas condutas e seus comportamentos sociais.

O modelo estrutural apresentado segue a tendência tecnicista, em que a organização do trabalho didático implica em:

- a) **definir objetivos** - em função dos três níveis de aprendizagem: aquisição, reelaboração e produção de conhecimentos (LOPES, 1992);
- b) **prever conteúdos** - eles atuam como instrumento de compreensão crítica da realidade e como elo propiciador da autonomia;
- c) **selecionar procedimentos metodológicos** - considerando os diferentes níveis de aprendizagem e a natureza da área do conhecimento;
- d) **estabelecer critérios e procedimentos de avaliação** - considerando a finalidade de intervenção e retomada no processo de ensino e aprendizagem, sempre que necessário. (SOUZA, 2005, p. 5).

O Plano de Curso apresentado sobre a disciplina “Infância, adolescência e sexualidade” segue rigorosamente os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e da instituição de ensino superior na qual este planejamento está submetido, por apresentar uma ementa com os seus principais tópicos de estudo previamente estruturados e objetivos geral e específicos com aderência aos conteúdos programáticos.

Os objetivos em um planejamento de ensino descrevem o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que será mobilizado pelos alunos no processo de aprendizagem. Assim, neste plano específico, o objetivo geral do curso é fazer que os alunos possam, no final do dele, analisar a importância e a aplicação da educação sexual no âmbito escolar.

Conforme a classificação da taxionomia de Bloom (1976), o nível de análise de uma temática é considerado o quarto nível do domínio cognitivo que vai do mais simples (conhecimento), em seguida, o nível da compreensão, da aplicação, da análise, da síntese, ao mais complexo, o nível de avaliação. Cada um desses níveis utiliza-se das capacidades adquiridas nos níveis anteriores. O nível que se apresenta no atual estudo é o da análise que busca identificar as partes e suas interações.

Ressalta-se ainda que o objetivo geral é baseado no campo cognitivo, ligado ao saber, abrangendo a aprendizagem intelectual, diferente das duas outras áreas de classificação de objetivos de processo educacionais: a área afetiva, ligada a sentimentos e posturas; e a área psicomotora, ligada a ações físicas.

Anderson e Krathwohl (2001) publicaram uma revisão da taxionomia de Bloom (1976) na qual o nível da análise passa a ser visto como crítico e de verificação do conhecimento.

Igualmente o nível de análise encontra-se no campo cognitivo, porém atualmente tem uma visão amplificada para a crítica do conhecimento. Isso significa que o plano de estudo apresentado, apesar de seguir o rigor tecnicista, apresenta uma faceta a mais do que a pura aquisição de conhecimento como preconiza a perspectiva tecnicista: a análise crítica do conhecimento de sexualidade na sua modalidade orientação sexual, o que sugere que os alunos tenham condições refletir, criticar e verificar a aplicação da educação sexual na escola.

Por outro lado, percebe-se, nesse planejamento, uma preocupação com a dinamicidade da seleção de conhecimento e de sua articulação com a realidade histórica. De acordo com Lopes (1992), o planejamento de ensino deve estar pautado nos seguintes pressupostos:

Produzir conhecimentos tem o significado de

processo, de reflexão permanente sobre os conteúdos aprendidos buscando analisá-los sob diferentes pontos de vista; significa desenvolver a atitude de curiosidade científica, de investigação da realidade, não aceitando como conhecimentos perfeitos e acabados os conteúdos transmitidos pela escola (p. 22).

Desse modo, a seleção do conhecimento a ser trabalhado deve ter relação com a cultura, pois “deve estar intimamente relacionada à experiência de vida dos alunos, não como mera aplicabilidade dos conteúdos ao cotidiano, mas como possibilidade de conduzir a uma apropriação significativa desses conteúdos.” (SOUZA, 2005, p. 5).

Ademais, a própria temática da disciplina “sexualidade” é considerada atual por se tratar de uma preocupação real do mundo contemporâneo. O tema sexualidade, na forma de educação sexual nas escolas – orientação sexual –, contribui para a formação infantojuvenil ao fazer que os alunos adquiram conhecimentos necessários para crescer como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel na sociedade.

Para que isso seja alcançado, os Parâmetros Curriculares Nacionais, no caderno “Pluralidade Cultural e Orientação sexual” (PCN/MEC, 1998), apontam o caminho:

Isto só será alcançado se oferecermos à criança brasileira pleno acesso aos recursos culturais relevantes para a conquista de sua cidadania. Tais recursos incluem tanto os domínios do saber tradicionalmente presentes no trabalho escolar quanto as preocupações contemporâneas com o meio ambiente, com a saúde, com a sexualidade e com as questões éticas relativas à igualdade de direitos, à dignidade do ser humano e à solidariedade (p. 4).

Torna-se, então, um dos principais objetivos deste documento

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCN/MEC, 1998, p. 3).

O trabalho com temas que promovam o respeito pela diversidade e pela pluralidade cultural é um dos caminhos para o processo de legitimação da democracia brasileira. Atualmente há o interesse na busca de estratégias para que haja o reconhecimento da responsabilidade conjunta do Estado e das diversas organizações sociais neste sentido.

Nesta perspectiva, é fundamental a sinergia entre Estado e sociedade civil no caminho da desejada transformação da realidade de exclusão social, com base no reconhecimento do diferente e da diversidade como riquezas a serem exploradas, e não como “exótico” a ser observado, negado ou marginalizado (SECAD/MEC, 2007, p. 9).

A escola, como uma instituição social, tem o papel fundamental de conscientizar o indivíduo para o exercício da cidadania e da qualificação profissional. Para tanto, a escola deve “ensinar a pensar, a dominar a linguagem, ensinar a pensar criticamente” (GADOTTI, 2008, p. 273). Ela deve também buscar meios para desenvolver o processo de conscientização da pluralidade cultural em seus alunos. A orientação sexual nas escolas torna-se um desses caminhos a ser trabalhados de forma a estimular a reflexão das crianças e jovens com base na problematização e no debate das diversas temáticas atuais sobre sexualidade, diversidade e cidadania, inspirado nas próprias realidade e experiência vividas pelos alunos. Engloba, ainda, “as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e

expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista.” (PCN/MEC, 1998, p. 287).

Por fim, Gadotti (2004, p. 47) afirma que o principal critério para aferir o grau de democratização no interior das escolas é aquele que deve ser buscado na prática social.

Nesse sentido, a possibilidade de desenvolver um senso crítico nos alunos pode ser promovida no decurso da metodologia de ensino aplicada ao Plano de Curso apresentado e analisado por meio de: aulas expositivas e práticas com ênfase em estudo de casos; aulas participativas, propiciando discussões, debates e o desenvolvimento de uma consciência crítica; e atividades práticas supervisionadas (caderno de exercícios, trabalhos individuais e em grupo, pesquisas e estudos) em ambientes de aprendizagem colaborativos, tais como biblioteca, laboratórios, visitas de campo, desenvolvimento de programas e projetos institucionais. Enfim, um trabalho que promova a práxis pedagógica – um trabalho em que o professor/educador promova condições, por meio de um currículo assentado no mundo prático dos sujeitos e de suas pretensões submetidas ao processo intersubjetivo de entendimento, promovido entre os alunos/educandos para torná-los capazes de dialogar afim de promover a ação.

Acredita-se que com esta metodologia de ensino e a visão progressista desenvolvida pela autora desse artigo, o referido planejamento ultrapasse o caráter instrumental meramente técnico e adquira uma condição mais voltada para a ação-crítica ao priorizar a dialogicidade entre professor/conhecimento e aluno/realidade para o desenvolvimento de verdadeiros cidadãos conscientes e críticos de sua realidade social.

Referências

ANDERSON, Lorin W; KRATHWOHL. David R. A

taxonomy for learning, teaching, and assessing:

A revision of bloom's taxonomy of educational objectives. New York: Longman, 2001.

AURICCHIO, Lígia. **Manual de tecnologia educacional**. São Paulo: Francisco Alves, 1978.

BLOOM, Benjamin S. et al. **Taxonomia dos objetivos educacionais**. vol. 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Histórias das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2008.

KAHAN, Gerardo. Nuevas corrientes educativas. **Apostilla de Seminario**. Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Humanidades y Artes, 2011.

KUENZER, Acácia; MACHADO, Lucília. Pedagogia tecnicista. In: MELLO, G. (org.) **Escola nova, tecnicismo e educação compensatória**. São Paulo: Ed. Loyola, 1988, p. 29-52.

LIBÂNIO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

LIMA, João Francisco. **A reconstrução da tarefa educativa**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LOBROT, Michel. **La pedagogie institutionnelle**. Paris: Gauthier-Villars, 1972.

LOPES, A. O. Planejamento de ensino numa perspectiva crítica de educação. In: CANDAU, V. **Repensando a didática**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 22-42.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

NOBRE, Marcos. **Teoria crítica**. São Paulo: Zahar Editora, 2004.

NOVA ESCOLA Revista: Grandes Pensadores. Anísio Teixeira: o inventor da escola pública no Brasil. São Paulo: Abril Editora, n. 19, jul., 2008.

PCN/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Brasília, 1998.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

SECAD/MEC. Secretaria de Educação Continuada, Ministério da Educação. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO/MEC/ANPED, 2007.

SENASP – Serviço Nacional de Seleção Pública / Ministério da Justiça / Brasil. **Curso de formação de formadores para a prática de ensino de profissionais na área de segurança pública**. Versão 1, 2011.

SOUZA, Ângelo R. et al. **Planejamento e trabalho coletivo**. Coleção Gestão e Avaliação da Escola pública: Caderno 2. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005.

Bibliografia consultada

ANDRADE SILVA, Maria do Carmo. Education

among health professionals. **The Journal of Sexual Medicine**. 21^o World Congress for Sexual Health. V. 10, Caderno 5, p. 277-422, 2013.

AUAD, Daniela. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e os temas transversais. **Caderno Educação e Gênero**. SempreViva Organização Feminista/SOF, São Paulo, 1999. Disponível em http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=15:os-parametros-curriculares-nacionais-e-os-temas-transversais&Itemid>. Acesso em: 23 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**, 2000. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 18/02/2012.

DINIS, Nilson F.; ASINELLI-LUZ, Araci (2007). Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Revista Educar**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 30, p. 99-109, 2007.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: Ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. Lições de Freire. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 145-168. jan.-dec., 1997.

JURBERG, Marise B. Sexualidade Infantil – Inexistente, real ou virtual? **Revista Scientia Sexualis**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Gama Filho, vol. 3, n. 2, p. 163-184, 1997.

MINAYO, Maria Cecília (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 2007.

NEY, Antonio. **Política educacional: Organização**

e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.